



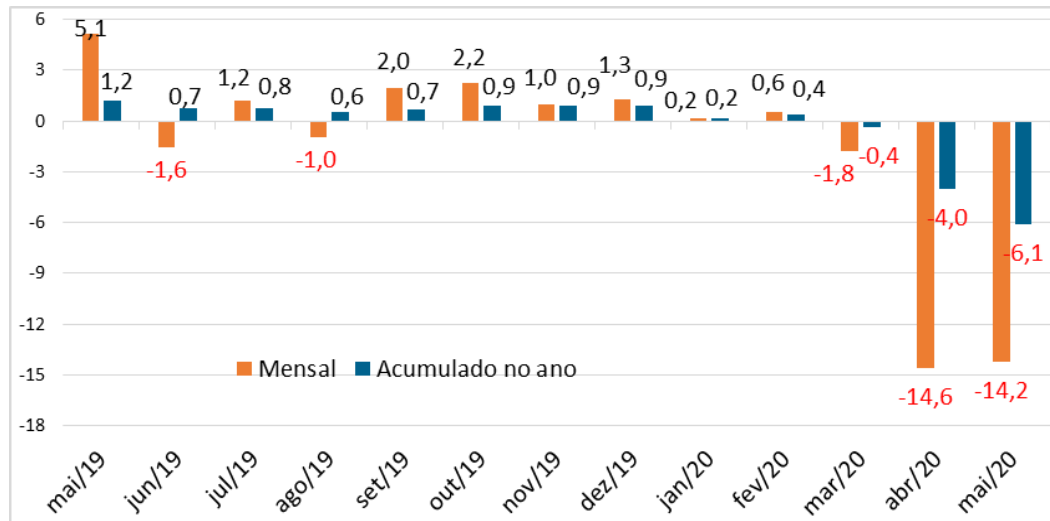
# Boletim Conjuntural Julho | 2020

## 1. CONJUNTURA NACIONAL

No último boletim do Instituto Fecomércio – cuja base de dados teve como referência o mês de abril de 2020 – destacou-se que, em cenário de prolongada crise econômica, a pandemia da Covid-19 vem provocando retração significativa na produção de bens e serviços do Brasil. Processo que atinge fortemente o mercado de trabalho, aprofundando as mazelas sociais, ao agravar pobreza e desigualdade. Os números da pandemia no Brasil são avassaladores. Por semanas seguidas se mantém a média diária de mais de 1.000 óbitos. Significa que – em pouco tempo – ultrapassaremos a marca de mais de 100 mil mortes. A dimensão do impacto é melhor percebida quando se considera, por exemplo, que apenas 324 entre os 5.570 municípios brasileiros têm mais de 100 mil habitantes. Por outro lado, o número de três milhões de pessoas infectadas – desconsiderada a subnotificação – não está, infelizmente, longe de ser alcançado. Em contexto amplo, o Brasil (2,7% da população do planeta) responde, no momento, por 13,0% dos óbitos decorrentes da pandemia. Nesse cenário, os impactos econômicos e sociais do combate à Covid-19 serão severos e duradouros. Mais difícil – do que seria se o país houvesse seguido caminho mais adequado – o processo de recuperação da economia brasileira; percurso penoso, até porque a situação fiscal do setor público – nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal –, que já era preocupante, agravou-se significativamente por conta dos gastos com o enfrentamento da pandemia, principalmente o referente ao auxílio emergencial para indivíduos mais necessitados: desempregados, trabalhadores informais e microempreendedores individuais.

Os primeiros efeitos negativos sobre a atividade econômica do país – provocados pelo novo Coronavírus – são percebidos a partir da segunda metade do mês março, quando o IBC-BR já indicava uma retração na atividade econômica do país de -1,8%, em cotejo com março do ano passado. Na sequência, como pode ser visualizado no [Gráfico 1](#), observa-se: -14,6% em abril, e -14,2% em maio. Expressivas variações mensais negativas que contribuem para um declínio de -6,1% na atividade econômica no resultado acumulado deste ano (janeiro a maio), tendo-se como base período similar de 2019. O último Boletim Focus o Banco Central (24/07/2020) sinaliza para um decréscimo anual do PIB de -5,77% em 2020. Contudo, algumas instituições internacionais – Banco Mundial (-8,0%) e FMI (-9,1%), por exemplo – estimam retração mais severa, no caso brasileiro. Por outra via, não fosse o referido e necessário auxílio emergencial – com relevante efeito positivo sobre o consumo das famílias pobres, especialmente no Norte e Nordeste – seria bem mais profunda a retração da produção de bens e serviços da economia brasileira.

Gráfico 1. Brasil: taxa de variação (%) mensal e acumulada no ano, do índice de atividade econômica (IBC-BR) – maio/2019 a maio/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

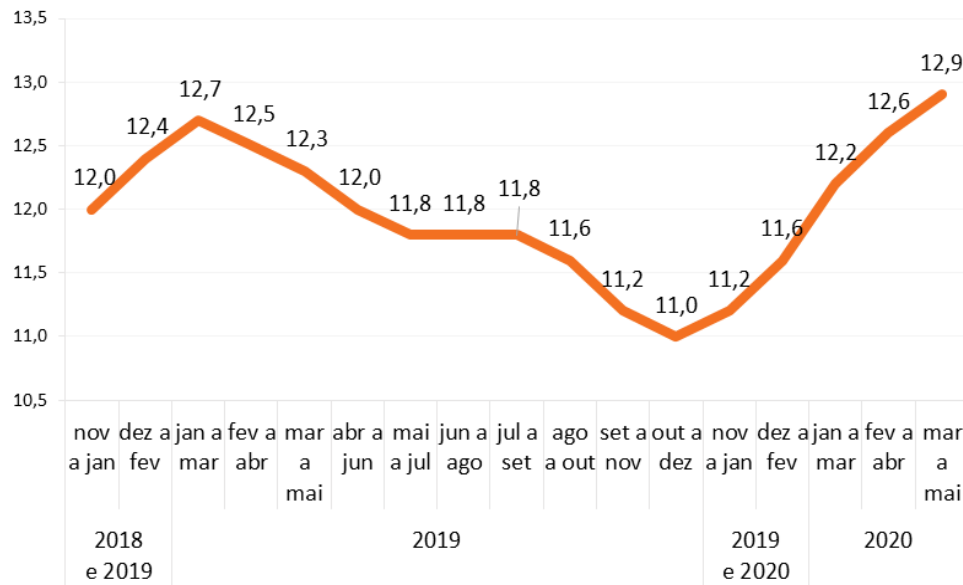


Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Como é próprio de processos recessivos, impactos negativos no mercado de trabalho e no rendimento das famílias são inevitável decorrência. De fato, dados provenientes da PNAD Contínua (IBGE) revelam que a taxa de desemprego aberto sai de 11,6% no trimestre terminado em fevereiro de 2020, para 12,9% no trimestre encerrado em maio – **Gráfico 2**. Patamar de desocupação que representa 12,7 milhões de indivíduos (desemprego aberto, representado por aqueles que buscam ativamente algum tipo de ocupação – seja formal ou informal – e não logram êxito). Não fosse o grande decréscimo observado na força de trabalho por conta da pandemia (7,3 milhões de pessoas, em relação ao mesmo período de 2019, sem trabalho mas impedidas de buscar ocupação), se teria um contingente muito maior de desempregados. Redução similar também ocorre no número de pessoas ocupadas, que no mesmo período de 2019 era de 92,9 milhões, e cai para 85,9 – o que significa menos 7,0 milhões de pessoas. Ademais, parte significativa dos que perdem a ocupação sequer volta a buscar outro emprego.

Quando se particulariza a geração de ocupações formais (**Tabela 1**), nota-se que, em maio deste ano, foi registrado elevado saldo negativo, entre admissões e demissões: 331.901 postos de trabalho a menos, conforme dados do Ministério do Trabalho/CAGED. Quando se considera o resultado acumulado do ano, que inclui dados de antes da pandemia, o número de demissões é, mesmo assim, ainda muito maior do que o de admissões (-1.144.875). Destacam-se os seguintes grupos de atividade: comércio, e reparação de veículos e motocicletas (-446.584); alojamento e alimentação (-256.268); e indústria de transformação (-233.798). Apenas o segmento de agricultura, e os serviços nas áreas de educação apresentam saldo positivo de postos de trabalho, no setor formal. Note-se, todavia, que os serviços em educação já revelam saldo negativo de postos de trabalho em maio (-17.846).

**Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – nov/2018-dez/2018-jan/2019 a mar-abr-mai/2020**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

**Tabela 1 - Brasil: saldo mensal e acumulado do ano da movimentação do emprego formal maio/2020**

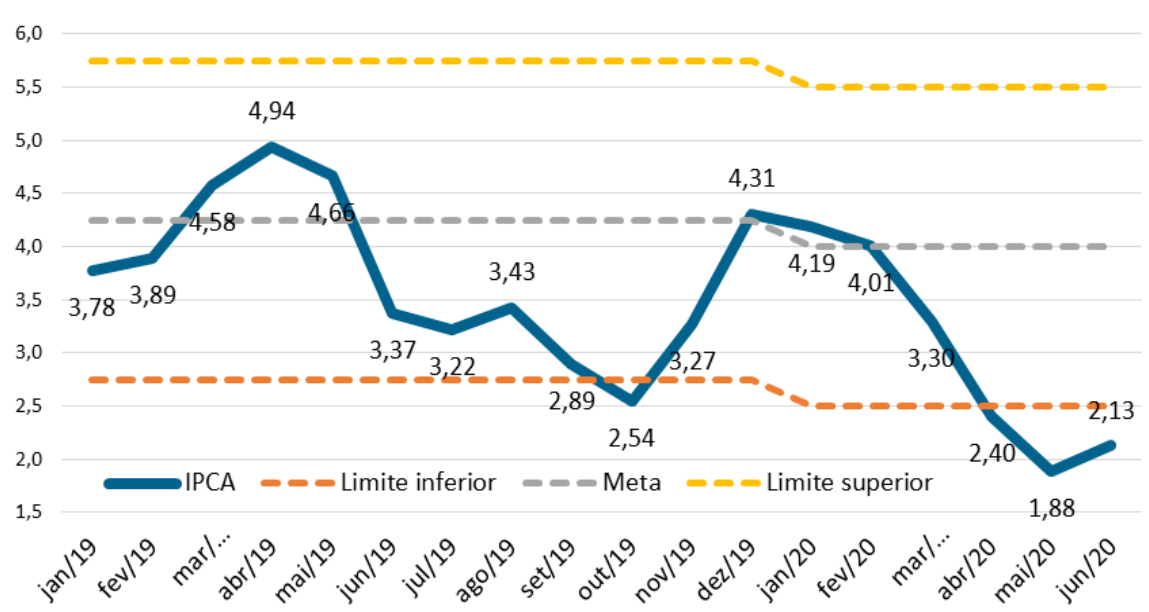
| Grupamento de atividades                                       | Maio/2020       | Acumulado         |
|--|-----------------|-------------------|
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 15.993          | 25.430            |
| Indústria de formação  | -94.236         | -233.798          |
| Outras indústrias  | 2.676           | -2.612            |
| Construção   | -18.758         | -44.647           |
| Comércio, incluindo veículos automotores e motocicletas        | -88.739         | -446.584          |
| Transporte, armazenagem e correio                              | -26.629         | -77.092           |
| Alojamento e alimentação                                       | -54.313         | -256.268          |
| Informação e comunicação                                       | -4.511          | -9.394            |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas               | -10.172         | -15.366           |
| Atividades administrativas e serviços complementares           | -18.197         | -115.914          |
| Administração pública, defesa e seguridade social              | 486             | 14.477            |
| Educação   | -17.848         | 33.379            |
| Saúde humana e serviços sociais                                | 6.553           | 29.069            |
| Artes, cultura, esporte e recreação                            | -5.442          | -21.079           |
| Outros serviços  | -13.406         | -24.392           |
| Não identificado   | -6              | -84               |
| <b>Total</b>   | <b>-331.901</b> | <b>-1.144.875</b> |

Fonte: Novo Caged/MTE.

(\*) Não inclui as informações declaradas fora do prazo.

Outro aspecto de notável relevância em análises de conjuntura econômica é o que se refere ao comportamento geral dos preços. A respeito disso, o **Gráfico 3** informa que o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses, registra no mês de junho a primeira alta mensal do ano (2,13%), depois de 1,88% em maio. Todavia, permanece muito abaixo do centro da meta estabelecida pelo BACEN (4,25%) e também abaixo do limite inferior (2,75%). Em termos de expectativa para a inflação anual, o Relatório Focus também traz estimativa de 1,66% para o IPCA de 2020. Portanto, uma situação confortável, que propicia ao Banco Central a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamar baixo – atualmente 2,25%, estabelecido na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) em 17 de junho. O mesmo Boletim Focus sinaliza que o ano teve se encerrar com a menor taxa Selic da história (2,0%). Isso significa que, em princípio, haveria estímulo ao investimento produtivo (via menor custo do capital financeiro) e ao consumo das famílias (via redução do custo de operações de crédito – embora decorrente redução de juros, na ponta, não tenha lugar tão prontamente), além de menor pressão sobre juros da dívida pública, reduzindo o crescimento do déficit nominal. Enquanto este último efeito é decorrência imediata de reduzida taxa básica de juros, ampliação do investimento também depende de expectativas dos agentes a respeito do futuro próximo, para o que contribuem diversos fatores – entre os quais estabilidade ou instabilidade política, e crença a respeito da capacidade governamental de avançar em reformas institucionais que tragam melhor ambiente de negócios. Todavia, no quadro atual, com considerável margem de capacidade ociosa na produção, sem dúvida há espaço para crescimento.

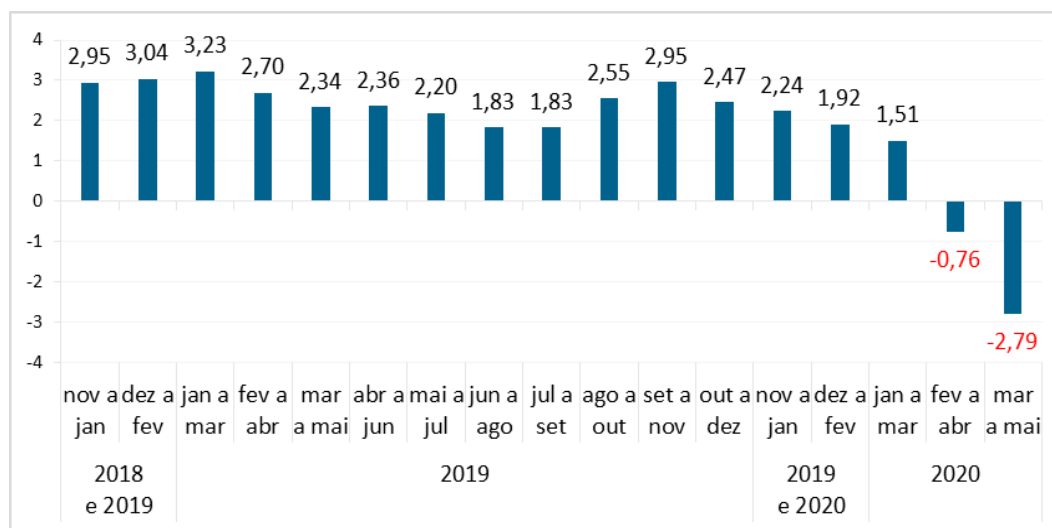
Gráfico 3. Brasil: IPCA acumulado em 12 meses, em % - janeiro/2019 a junho/2020



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Particularmente, em associação com o consumo das famílias, destaque-se que a massa de rendimentos do trabalho – parcela mais relevante da renda familiar e, assim, pilar de sustentação dos segmentos de comércio e prestação de serviços – é um agregado econômico que vem perdendo ritmo desde o trimestre encerrado em novembro do ano passado, quando logrou alcançar crescimento real de 2,95%. Informações sistematizadas no **Gráfico 4** revelam que, nos trimestres móveis terminados nos meses subsequentes, a trajetória é de crescimento real decrescente: 2,47% no trimestre encerrado em dezembro de 2019; 2,24% em janeiro de 2020; 1,92% em fevereiro; 1,51% em março; -0,76% em abril; e, finalmente, -2,79% em maio. Trata-se de trajetória que obviamente impacta negativamente no consumo de bens e serviços por parte das famílias – aspecto crucial para a sustentação do volume de negócios em atividades de comércio e serviços, objeto das seções seguintes desta parte dedicada à conjuntura nacional.

**Gráfico 4. Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % nov/2018-dez/2018-jan/2019 a mar-abr-mai/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

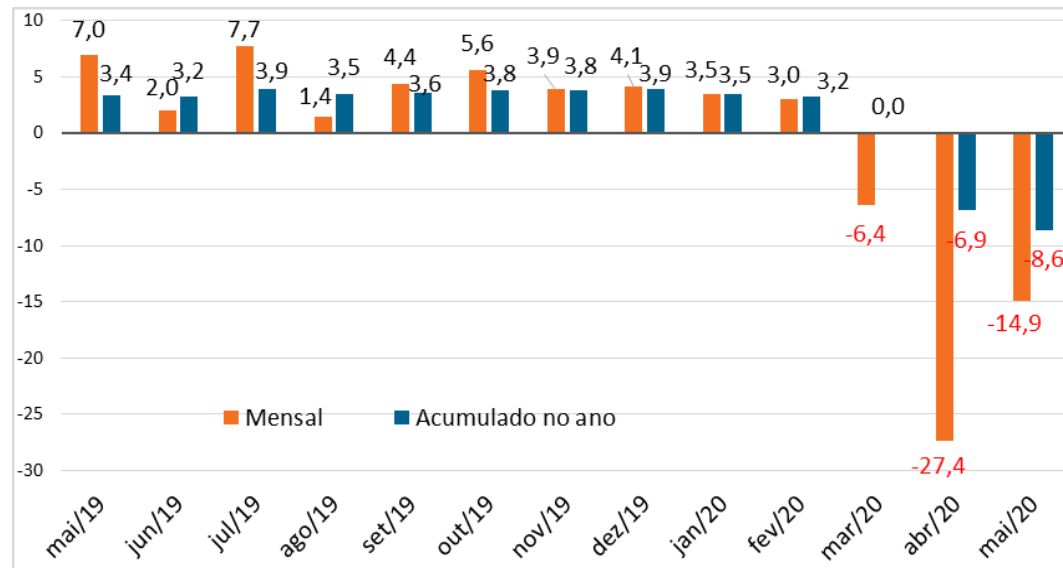


### COMÉRCIO VAREJISTA: EM MAIO, RETRAÇÃO MENOS INTENSA DO QUE EM ABRIL

Mantido um procedimento usual na série de edições do Boletim Instituto Fecomércio, esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: **varejo** (restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e **varejo ampliado**. O **Gráfico 5** traz números a respeito dos indicadores – **mensal e acumulado do ano** – do volume de vendas do **varejo ampliado**, agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, vê-se – no **Gráfico 6** – a trajetória mensal e o indicador acumulado do **varejo restrito**.

O volume de vendas observado nos meses sob influência negativa da pandemia apresenta retração bastante elevada no varejo ampliado: -6,4% em março, -27,4% em abril, e -14,9% em maio; comparações tendo por base o mesmo mês de 2019 (Gráfico 5). Nota-se que a queda é mais intensa em abril, quando houve maior restrição ao funcionamento de atividades econômicas não essenciais. Considerando-se o resultado acumulado do ano (janeiro a abril), contraposto ao do mesmo período do ano anterior, o indicador do volume de vendas do varejo ampliado é também fortemente negativo (-8,6%) – portanto, retração superior à observada para o conjunto da economia.

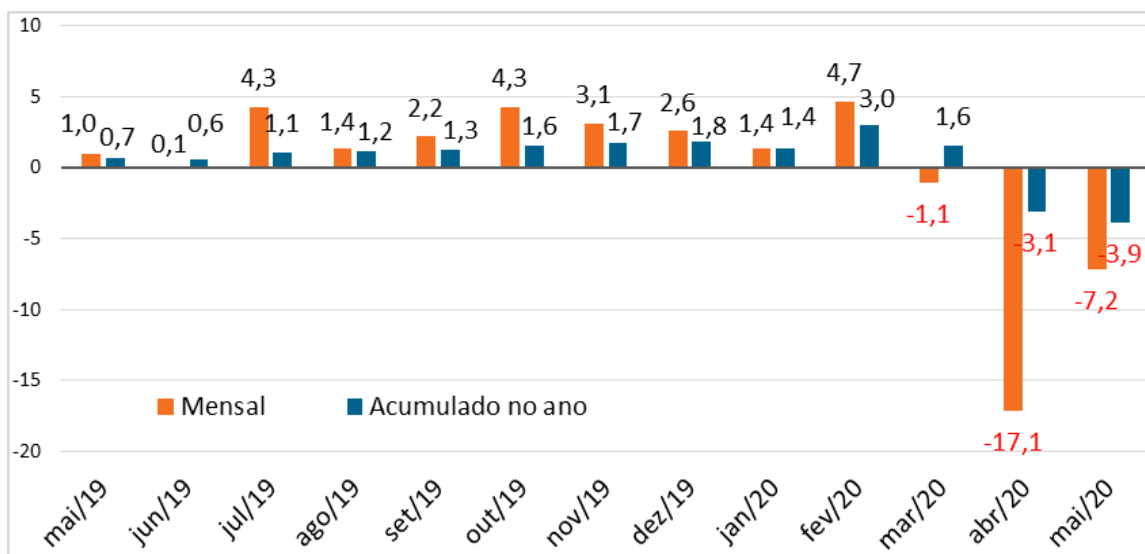
Gráfico 5. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % – maio/2019 a maio/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em relação ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – observa-se que os resultados são similares, embora tragam variações mensais negativas menos intensas: -1,1% em março, -17,1% em abril, e -7,2% em maio. No resultado acumulado do ano (janeiro a maio) o varejo restrito registra um declínio de -3,9%, portanto, queda inferior a observada para a economia. A retração mais intensa no varejo ampliado, comparado com o restrito, é explicada pela influência negativa do segmento de automóveis que tem forte peso no varejo ampliado e registra declínio do volume de vendas, superior à média do varejo.

Gráfico 6. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % maio/2019 a maio/2020 (base: mesmo período no ano anterior)

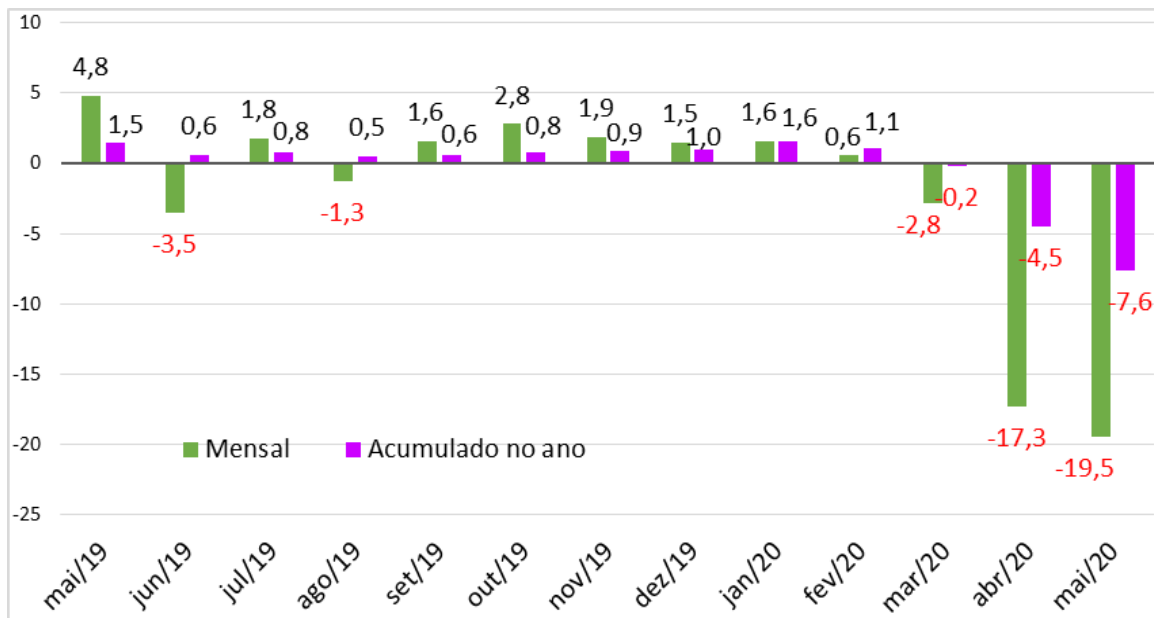


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### SETOR DE SERVIÇOS: INTENSIFICAÇÃO DE DESEMPENHO NEGATIVO

Os resultados no setor de prestação de serviços são, de certa forma, análogos aos observados para o varejo restrito. Uma diferença é que no mês de maio o efeito negativo do Coronavírus, sobre o desempenho do segmento de serviços, continua se ampliando: -2,8% em março, -17,3% em abril, e -19,5% em maio – ver **Gráfico 7**. O desempenho acumulado do ano (janeiro a maio) é também significativamente negativo (-7,6%). Como de praxe, comparações tendo por base correspondentes períodos do ano passado.

Gráfico 7. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % – maio/2019 a maio/2020

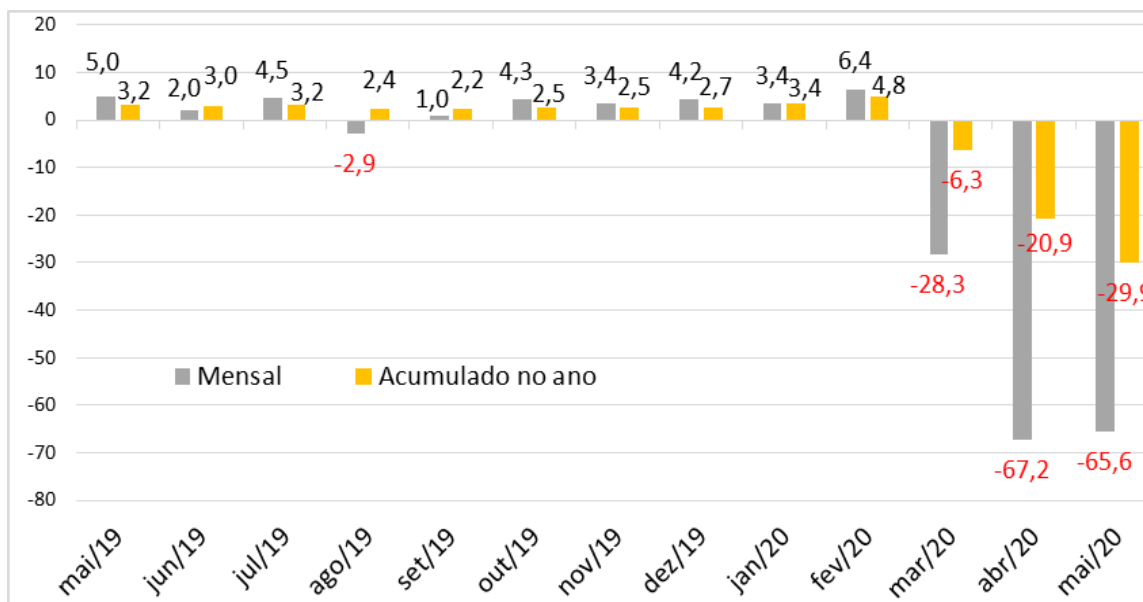


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

### TURISMO: DESEMPENHO FORTEMENTE NEGATIVO EM MARÇO

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – sofre redução do volume de serviços bem mais acentuada do que as registradas para o varejo e o setor de serviços como um todo (Gráfico 8). Como se tem conhecimento, o setor de turismo engloba segmentos de transportes diversos, hotéis, restaurantes, etc., todos fortemente impactados por medidas de combate à pandemia. Consequentemente, a variação negativa do volume de prestação de serviços do segmento do turismo é extremamente elevada: em março, -28,3%, abril -67,2%, e maio -65,6%. Desempenho mensal suficiente para causar redução do indicador acumulado (janeiro a maio de 2020) em proporção próxima de um terço (-29,9%).

Gráfico 8. Variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % – maio/2019 a maio/2020



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em síntese, tanto os indicadores relativos ao volume de vendas do varejo quanto os referentes a prestação de serviços – especialmente turismo – são fortemente impactados negativamente pela pandemia do novo Coronavírus. Entre os segmentos do varejo, apenas supermercados e farmácias – considerados essenciais – registram variações positivas. Em decorrência, o desempenho do volume de compras no varejo e nos serviços superam, no geral e de forma expressiva, as variações positivas que vinham sendo observadas antes do início da crise sanitária (de janeiro a meados de março), conforme analisado em edições anteriores do Boletim Instituto Fecomércio.

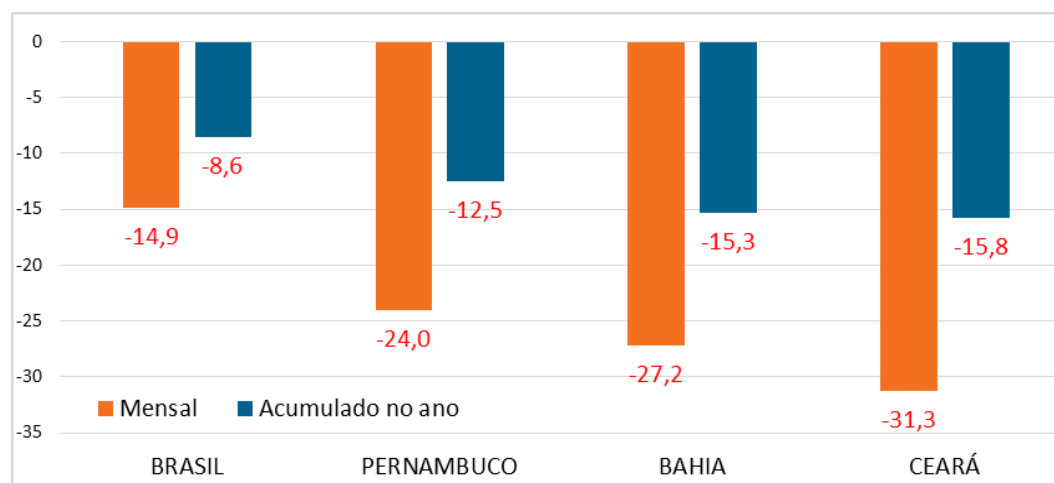
## 2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM MAIO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Incorporam-se à análise – nesta seção – informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de maio de 2020 são apresentadas nos **Gráficos 9 e 10**, tanto para o indicador mensal quanto para o acumulado.

O varejo ampliado pernambucano – conforme os indicadores acumulado e mensal – revela, em maio deste ano, desempenho abaixo do registrado para o país. O volume de vendas em Pernambuco, no resultado acumulado do ano (janeiro a maio), registra declínio de -12,5%, enquanto no varejo ampliado do país a redução é menos intensa (-8,6%). Por outro lado, o indicador mensal para o estado apresenta declínio de -24,0% em maio, contra -14,9% no Brasil. Ou seja, em ambos os casos a profundidade da queda, no varejo ampliado, é mais forte em Pernambuco que no país como um todo. No âmbito regional, tanto a Bahia quanto o Ceará sofrem, no varejo ampliado, impacto ainda mais intenso que o observado em Pernambuco: Bahia, -15,3% e -27,2% respectivamente nos resultados acumulado e mensal; ao Ceará cabem -15,8% e -31,3%.

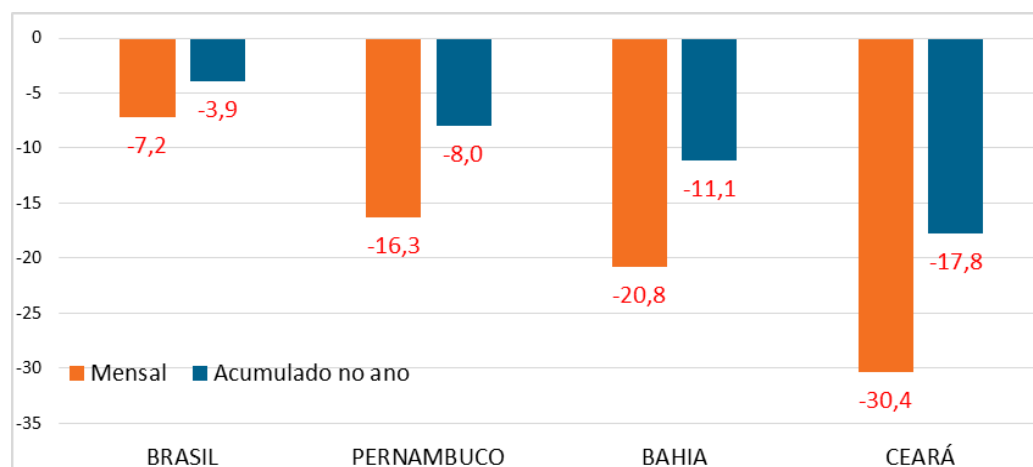
No que diz respeito ao varejo restrito, a situação é semelhante: tanto o desempenho acumulado do ano quanto o mensal revelam quedas mais intensas em Pernambuco, em comparação com o que se observa no varejo nacional. De fato, o índice acumulado deste ano (janeiro a maio) registra retração de -8,0%, contra -3,9% no país. Por sua vez, o índice mensal para Pernambuco revela redução de -16,3%, enquanto no Brasil o declínio é de -7,2%. Portanto, conforme os dois indicadores, o desempenho do varejo restrito de Pernambuco tem desempenho inferior ao registrado para o similar nacional. Em termos regionais, os resultados também são semelhantes: tanto a Bahia quanto o Ceará sofrem impacto negativo mais severo, comparativamente a Pernambuco. Bahia: -11,1% e -20,8% (indicadores acumulado e mensal, respectivamente); no caso do Ceará: -15,8% e -31,3%.

Gráfico 9. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas Varejo Ampliado – maio/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

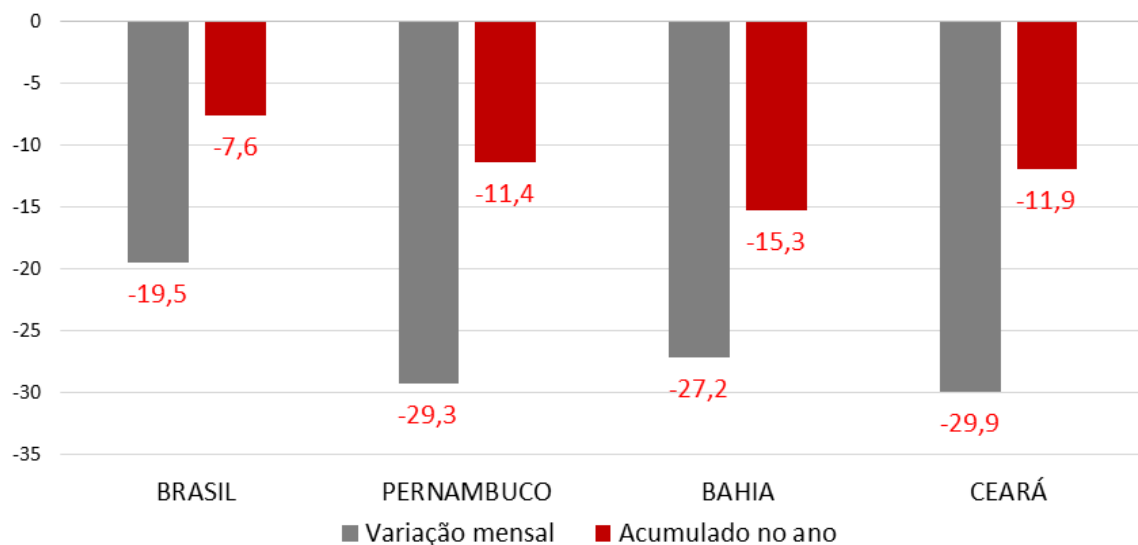
Gráfico 10. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas no Comércio Varejista – maio/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Com respeito ao desempenho do setor de prestação de serviços em Pernambuco (**Gráfico 11**), os impactos negativos são também mais acentuados, quando confrontados com o país: -29,3% em maio de 2020, em relação a maio de 2019; e -11,4% na variação acumulada do ano (até maio). Assim, Pernambuco mantém desempenho mensal e acumulado, no setor de serviços, também inferior ao observado para o Brasil: -7,6% e -19,5% – respectivamente. Em termos regionais, repete-se o observado para o varejo; os impactos recessivos da COVID-19 são ainda mais acentuados no resultado acumulado do ano: Bahia (-15,3%); e Ceará (-11,9%). Portanto, a pandemia tem efeitos recessivos inclementes nos estados considerados, dada sua natureza de espalhamento via rápido contágio. Todavia, Pernambuco logra – nos segmentos do terciário aqui destacados – sofrer menos relativamente aos outros dois outros maiores estados da região.

**Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada, do volume de serviços – maio/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



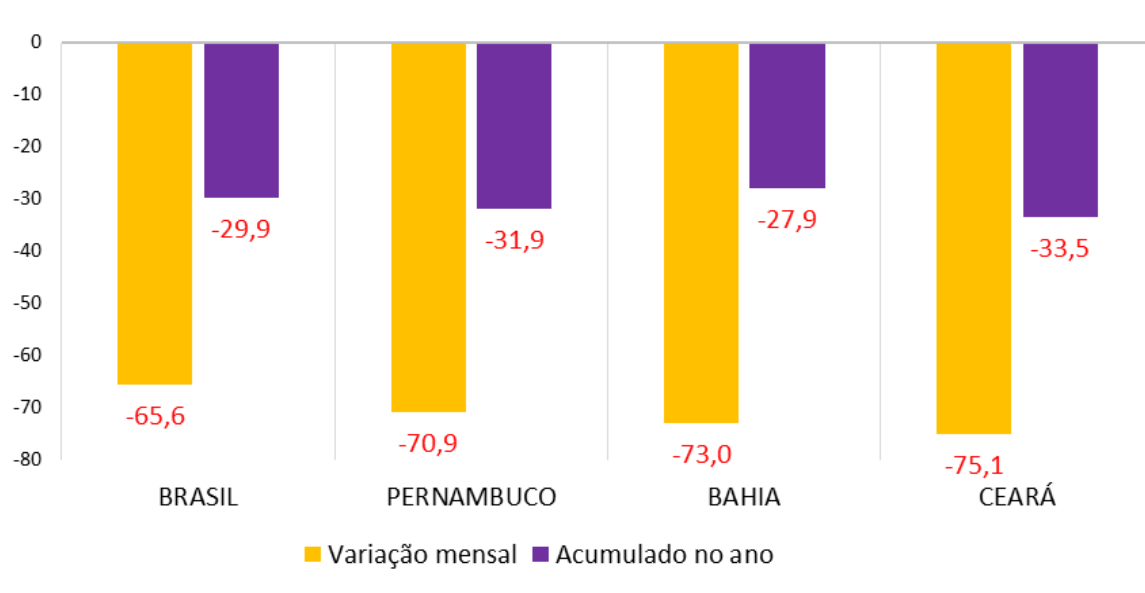
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.



Por último, considere-se o segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em mais amplo espaço de referência. As informações pertinentes são sistematizadas no **Gráfico 12**, mantido o procedimento usual, envolvendo os indicadores mensal e acumulado do volume de atividades turísticas, tendo-se como referências espaciais os mesmos três estados nordestinos destacados e o país. Reitere-se que o segmento de turismo tem sido impactado mais intensamente pelo requerido esforço de isolamento social. Reitere-se que as atividades que compõem esse setor (transportes diversos, hotéis e restaurantes) constituem – pelo amplo e intenso fluxo de pessoas que utilizam esses serviços – espaços com maior probabilidade de contaminação em caso de uma pandemia, por isso sendo alvo preferencial do combate sanitário.

Pernambuco revela, no segmento de atividades turísticas, desempenho fortemente negativo no resultado mensal (maio de 2020): -70,9%. Isso ocorre em um cenário em que o país como um todo também sofre, em tais atividades, significativo declínio (-65,6%). Em termos regionais, os dados revelam retração mensal também de grande intensidade: Ceará (-75,1%) e Bahia (-73,0%). Em relação aos indicadores acumulados (janeiro a maio de 2020), tendo-se como base de comparação o mesmo período de 2019, o segmento de turismo pernambucano revela resultado negativo de -31,9%; não muito diferente do alcançado pelo setor de turismo nacional (-29,9%). Da mesma forma, são negativos os valores dos mesmos indicadores para o turismo nos estados do Ceará (-33,5%) e da Bahia (-27,9%). Portanto, não há diferenças muito expressivas, nos planos nacional e regional, entre os resultados extremamente negativos observados no segmento de turismo, no que concerne aos estados considerados.

Gráfico 12. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – maio/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Por fim, reafirme-se que os impactos negativos – da pandemia e decorrente contingência sanitária, econômica e social – deverão continuar afetando negativamente as economias brasileira e regional. As variações negativas do volume de negócios no comércio varejista e na prestação de serviços têm se revelado profundas, em particular no segmento de turismo. Cenário que deve permanecer por algum tempo, possivelmente mais do que poderia ter sido o caso, se o país houvesse contado com uma coordenação central, republicana. Nos termos do caminho adotado – descoordenação como marca – a recuperação econômica pós-COVID19 exigirá esforço muito maior do que teria sido o caso, se atenção à Ciência e às recomendações da Organização Mundial de Saúde tivessem sido adotadas.

### 3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A partir de março do corrente ano, o Brasil passou a enfrentar nova conjuntura econômica, afetada pela irrupção da crise sanitária. Tal adversidade atingiu, fortemente, uma economia que, já no início do corrente ano, inaugurava ciclo de descenso relativamente ao que veio a ser apenas esboço de recuperação no segundo semestre de 2019 – como vem sendo registrado em recentes edições do Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio. Para um país que carrega déficits anacrônicos (em habitação, saneamento, infraestrutura; esta última agravada nos últimos 20 anos) e preocupante atraso educacional – marcas de nosso subdesenvolvimento – sofrer tal choque significa enfrentar grande piora da perspectiva de recuperação da economia. Isso amplia, de imediato, as incertezas.

Sabe-se que incerteza é algo inerente à economia, tanto que naturalmente levada em conta na literatura macroeconômica e no equacionamento de objetivos e metas microeconômicas no setor produtivo. E, no caso atual, o triplo caráter econômico-social-sanitário exige muito mais do equacionamento do problema. Todavia, o caminho que o país tomou no combate à Covid-19 – em que descoordenação estratégica é um complicador – alonga o cronograma de combate à pandemia, o que está retratado na manutenção do platô da curva de contágio e da curva de óbitos, em nível alto, ao longo do mês de julho – destoando do padrão observado em outros países. A perda de vidas torna-se maior do que seria se o país houvesse seguido rota mais razoável.

A despeito de tal panorama, recentes estimativas de indicadores básicos da economia sugerem um quadro recessivo menos severo do que o esperado nos primeiros dois meses do choque sanitário. De fato, consideradas estimativas semanalmente publicadas no Relatório Focus (Banco Central) – que representa uma espécie de sinalizador baseado em expectativas do segmento empresarial (“o mercado”) – as estimativas de recessão em 2020 (edições semanais de julho) revelam tendência declinante: -6,5%; -6,1%; -5,95%; e, na sexta-feira 24/07: -5,77%. Tais números incorporam impactos da crise sanitária sobre atividades econômicas formais e informais. São severos os impactos, mas o combate à pandemia (apoio a empresas e a segmentos sociais mais fortemente atingidos por perda de ocupação e de renda) gera efeito compensador, que estaria arrefecendo o vigor da recessão – via sustentação do consumo das famílias, decorrente do auxílio mensal de R\$ 600.

De todo modo, certamente o país enfrentará – em 2020 – uma retração nunca experimentada em um único ano. E não se deve perder de vista o caráter pedagógico da crise sanitária, ao escancarar os déficits anacrônicos já apontados, em um país que vem tentando superar o desastre representado por mais uma década perdida, que se encerra com implacável pandemia. Todavia, quaisquer que sejam os números finais da recessão a ser enfrentada neste ano, permanecem em pauta a reconstrução da economia e o enfrentamento de danos sociais potencializados pelo efeito corrosivo, no mercado de trabalho, de inédita recessão – como referido na seção inicial desta edição do Boletim. Reitere-se que enfrentamos déficits e desigualdades sociais pedagogicamente desnudados pela pandemia.

Ora, considerado tal contexto e tais antecedentes, ao par com o enfrentamento de um déficit fiscal que poderá passar de 10% do PIB, ampliado pelo efeito Covid-19, também não se deve esquecer o primado de reformas modernizadoras da economia e do ambiente de negócios – aspecto pautado há bastante tempo, mas cuja materialização é dificultada por desacertos no campo da política, que vêm impedindo um adequado pacto político que preserve a democracia e propicie a reconstrução do país. Tal pauta de reconstrução – algo próximo do que poderia vir a ser um consenso – envolve, minimamente:

- Recuperação de atividades da indústria. Trata-se de setor fortemente atingido por descaminhos da economia nesta nova ‘década perdida’, setor que necessita retomar capacidade de exportação de manufaturados, reduzindo-se a dependência de produtos primários (agrícolas e minerais) para geração de superávits na balança comercial.
- Recuperação da infraestrutura, em que saneamento e transporte (rodovias e viadutos, portos, aeroportos) têm papel-chave.
- Recuperação do setor de saúde, com repercussão sobre o segmento industrial provedor de insumos e equipamentos para serviços de saúde, inclusive o SUS – cujo papel estratégico e necessidade de fortalecimento foram evidenciados na crise sanitária.
- Proteção de segmentos sociais vulneráveis, dívida social que também se agiganta na presente quadra de crise.

- Reformas que tragam avanços institucionais, inclusive de regulação econômica, de modo a dotar a economia de uma institucionalidade moderna, que reduza burocracia e custos de transação, e propicie melhor ambiente de negócios, atraindo capitais privados domésticos e externos.
- Manutenção do primado da estabilidade inflacionária.

O elenco acima inclui aspectos que vêm sendo explicitados ao longo de várias edições desta Série Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio, e são contemplados em sugestões comuns a economistas de diversos matizes, o que é revelador do potencial de convergência para um programa que venha a ser objeto de um pacto social e político. No entanto, o país vem esbarrando em prolongadas ondas de crise política e de governança que, inapropriadas, servem de empecilho ao alcance de coesão e convergência.

Ocorre que governança vem sendo, no Brasil, um calcanhar de Aquiles – alimentado por escassez de quadros de liderança. Assim, a complexidade da tarefa de superar prolongada crise econômica, acentuada com a pandemia, ganha contornos ainda mais desafiadores – retardando o aproveitamento da disponibilidade de parâmetros macroeconômicos pró-crescimento: reduzida taxa básica de juros, baixa inflação, capacidade ociosa na indústria e em outros setores da economia.

Todavia, possíveis avanços – nesse contexto de dificuldades – despontam, a exemplo da renovação do FUNDEB e do advento de novo marco regulatório do saneamento. O primeiro, por garantir o funding da Educação Básica, restando o desafio de se avançar na vertente da gestão. O segundo, pelo potencial de vir a ser importante fator indutor de captação de investimento privado. Algo que requer adequados mecanismos regulatórios em um setor que demanda atenção para se evitar que um inadequado sistema de preços venha reforçar a exclusão social no provimento de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Oportunidade inédita de se eliminar o binômio ‘exclusão social e grande desperdício de água’. Sabe-se, contudo, que não será fácil materializar – seja via parceria público-privada, gestão puramente privada, ou gestão pública – adequados contratos de exploração de abastecimento de água e de saneamento; é necessário se atentar para erros e acertos em experiências de outros países.

É urgente, na seara da governança, que o país evolua para algo menos errático, e dotado de devida coordenação republicana. Afinal, o Brasil país constitui – no panorama internacional – um mercado de grandes proporções, potencialmente atrativo ao influxo de capitais, com inegável relevância geopolítica na América Latina e importantes interconexões com a economia internacional. Permanece o imperativo de o país recuperar, e manter, posição confortável no painel de países a se beneficiar de fluxos de capitais disponíveis para investimento ou para aplicação financeira – um elemento estratégico da pauta aqui esboçada. Ademais, no plano doméstico, essa mesma urgência é crucial para o desafio de reconstrução econômica e social do país.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB). **Índice de Atividade Econômica**. Abril/2020.

**Pesquisa Mensal do Comércio**. Maio/2020.

**Pesquisa Mensal dos Serviços**. Maio/2020.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Maio/2020.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Maio/2020.

#### EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto  
Economista: Rafael Ramos  
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

---

#### EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista  
Ademilson Saraiva | Economista  
Roberto Alves | Estatístico  
Jorge Jatobá | Economista  
Tania Bacelar | Economista



Avenida Visconde de Suassuna, nº265,  
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540  
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175  
[www.fecomercio-pe.com.br](http://www.fecomercio-pe.com.br)



 [fecomercio-pe.com.br](http://fecomercio-pe.com.br)

 [@fecomerciope](https://www.facebook.com/fecomerciope)